

Demonstrações financeiras

Águas de Pará de Minas S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

Águas de Pará de Minas S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores da
Águas de Pará de Minas S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas de Pará de Minas S.A. (“Concessionária”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluimos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-RJ090174/O

Águas de Pará de Minas S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	16.916	20.799
Contas a receber de clientes	7	9.065	7.915
Estoques		448	519
Despesas antecipadas		89	170
Créditos com partes relacionadas	19	203	41
Tributos a recuperar		53	35
Outros ativos		60	34
		26.834	29.513
Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	8	2.350	2.068
Depósitos judiciais		36	40
Ativo de direito de uso	9	397	533
Imobilizado	10	1.199	1.254
Ativo de contrato	11	21.107	20.976
Intangível	12	67.886	59.120
		92.975	83.991
Total do ativo		119.809	113.504

Águas de Pará de Minas S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	13	1.354	797
Empréstimos e financiamentos	14	15.299	20.860
Passivo de arrendamentos	14	224	179
Obrigações tributárias	15	563	440
Obrigações trabalhistas		1.671	1.083
Ônus da concessão	17	189	158
Obrigações com acionistas	19	4.932	2.999
Débitos com partes relacionadas	19	376	285
Outras obrigações		259	552
		24.867	27.353
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	52.607	50.054
Passivo de arrendamentos	14	283	436
Tributos diferidos	16	261	86
Provisões para contingências	18	8	-
		53.159	50.576
Patrimônio líquido	20		
Capital social		25.948	25.948
Reservas de lucros		15.835	9.627
		41.783	35.575
Total do passivo e patrimônio líquido		119.809	113.504

Águas de Pará de Minas S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	21	66.329	53.811
Custo dos serviços prestados	22	(35.925)	(30.758)
Lucro bruto		30.404	23.053
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	23	(14.325)	(11.896)
Outras receitas operacionais		28	257
		(14.297)	(11.639)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		16.107	11.414
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	24	3.119	1.711
Despesas financeiras	24	(7.100)	(5.307)
		(3.981)	(3.596)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		12.126	7.818
Imposto de renda e contribuição social - corrente	16b	(3.809)	(2.314)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	16b	(176)	(236)
Lucro líquido do exercício		8.141	5.268

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Pará de Minas S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	<u>8.141</u>	<u>5.268</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>8.141</u>	<u>5.268</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Pará de Minas S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Lucros acumulados	Patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos	Retenção de Lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2021	25.948	368	262	4.980	-	31.558
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.268	5.268
Proposta de destinação do resultado do exercício						
Reserva legal	-	263	-	-	(263)	-
Reserva de investimentos	-	-	189	-	(189)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.251)	(1.251)
Retenção de lucros	-	-	-	3.565	(3.565)	-
Saldos 31 de dezembro de 2021	25.948	631	451	8.545	-	35.575
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.141	8.141
Proposta de destinação do resultado do exercício						
Reserva legal	-	407	-	-	(407)	-
Reserva de investimentos	-	-	290	-	(290)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.933)	(1.933)
Retenção de lucros	-	-	-	5.511	(5.511)	-
Saldos 31 de dezembro de 2022	25.948	1.038	741	14.056	-	41.783

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Pará de Minas S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021

(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	12.126	7.818
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido:		
Depreciação e amortização	4.765	4.327
Juros sobre empréstimos e financiamentos e arrendamentos e amortização de custos de transação sobre empréstimos e financiamentos.	6.496	5.004
Variações monetárias e cambiais	400	-
Atualização monetária das contingências	1	-
Perdas de créditos das contas a receber	657	305
Reversões de contingências	7	(43)
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível	(16)	-
Variações dos ativos e passivos		
Perdas de créditos das contas a receber	(1.807)	(28)
Estoques	71	(175)
Depósitos judiciais	4	7
Tributos a recuperar	(424)	(164)
Despesas antecipadas	81	(116)
Outros ativos	(26)	27
Aplicações financeiras - vinculadas	(282)	(1.216)
Partes relacionadas, líquidas	(71)	48
Fornecedores	557	100
Ônus da concessão	31	17
Obrigações tributárias	94	17
Obrigações trabalhistas	588	137
Outras obrigações	(293)	(15)
	22.959	16.050
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.375)	(2.271)
Pagamento de juros sobre arrendamentos e empréstimos e financiamentos	(6.985)	(6.049)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	12.599	7.730
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(247)	(322)
Adições ao ativo de contrato e intangível	(12.649)	(8.406)
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível	75	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(12.821)	(8.728)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos e financiamentos	6.950	14.018
Pagamentos de juros sobre arrendamentos	(198)	(150)
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	(10.413)	(14.046)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	(3.661)	(178)
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	(3.883)	(1.176)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	20.799	21.975
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	16.916	20.799

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Águas de Pará de Minas S.A. (a “Concessionária”), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada à Rua Maestro Espíndola, 270, Nossa Senhora das Graças, no Município de Pará de Minas, no Estado de Minas Gerais - Brasil, controlada por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma sociedade de propósito específico de concessão entre a Prefeitura do Município de Pará de Minas (Concedente), vencedora do Processo Licitatório nº. 006/2014, com vigência de 35 anos, a partir da data de emissão da Ordem de Serviço emitida pelo Concedente, ocorrida em 17 de abril de 2015, com término programado para 17 de abril de 2050, sendo a presente concessão prorrogável por até o limite máximo de mais 35 anos. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano do Município de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais. O Serviço Público de Água e Esgoto compreende os serviços de abastecimento de água potável, constituída pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição; e do serviço público de esgotamento sanitário, constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequada dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente. O Serviço Público de Água e Esgoto abrange, ainda, os serviços de planejamento, construção, operação, ampliação e manutenção das infraestruturas e instalações dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário, incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos, o atendimento e a cobrança direta aos usuários, bem como os serviços complementares.

A remuneração da Concessionária pelos serviços prestados considera a tarifa contratual cobrada diretamente dos usuários, conforme proposto no contrato de concessão, e tem por base os volumes de água e esgoto faturáveis e demais serviços, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Concessionária. A tarifa, conforme contrato, será reajustada anualmente ou toda vez que for comprovada quebra do equilíbrio econômico-financeiro para uma das partes, de forma a realizar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e financiamentos, decorrentes dos investimentos realizados.

De acordo com o Contrato de Concessão, a Concessionária deverá repassar o percentual de 2,5% referente à outorga para o Município de Pará de Minas em relação à efetiva arrecadação apurada no mês anterior, a partir do ano 4 (2018); o percentual de 1,0% referente ao custo de regulação e fiscalização, calculado sobre a efetiva arrecadação da tarifa decorrente da prestação dos serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, apurada com base no mês imediatamente anterior e investir o percentual de 0,5% referente à proteção dos mananciais, conforme Lei Estadual n.º 12.503/1997, calculado sobre o valor total da receita operacional apurada no exercício anterior ao do investimento.

Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidas automaticamente para a Prefeitura de Pará de Minas, sem contrapartida financeira.

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pandemia da COVID-19

A Concessionária possui uma equipe médica, que continua acompanhando as suspeitas e casos de Covid-19, sempre seguindo as orientações das autoridades de saúde para manter a segurança de seus colaboradores e a continuidade de suas operações. Além disso, contam com o programa de vacinação contra a gripe.

A Administração da Concessionária analisou os riscos e incertezas relacionados à pandemia de Covid-19 e não foram identificados impactos relevantes que requeressem ajustes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos (“CPCs”), as Interpretações Técnicas (“ICPCs”) e Orientações Técnicas (“OCPCs”) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária.

Em 30 de março de 2023, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Concessionária.

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

3.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber.

Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento.

O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

3.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado ou os valores líquidos de realização e/ou os de reposição.

Os estoques de materiais destinados à construção e melhorias da infraestrutura da concessão são contabilizados no intangível, como parte integrante do contrato de concessão.

3.4. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se houver.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos.

3.5. Ativo de contrato

Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível.

3.6. Intangível

a) Sistema de água e esgoto

A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05).

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

b) Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada.

3.7. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros - custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos.

Ativos financeiros - mensuração inicial

No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro.

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros - mensuração subsequente

- *Custo amortizado*: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.
- *Valor justo por meio do resultado*: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício.

Passivos financeiros - reconhecimento inicial

Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamentos, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas.

Passivos financeiros - mensuração subsequente

- *Custo amortizado*: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva.
- *Valor justo por meio do resultado*: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício.

Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.8. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros

Os ativos da Concessionária são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo.

A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária.

3.9. Arrendamentos

A Concessionária avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Concessionária como arrendatária

A Concessionária aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, reconhecendo os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e os ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos de direito de uso

A Concessionária reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Concessionária reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Concessionária usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Concessionária aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.10. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos.

3.11. Tributos

Imposto de renda e contribuição social correntes

A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tributos sobre as receitas

As receitas de serviços estão sujeitas à Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, à alíquota de 1,65% e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, à alíquota de 7,60%.

Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

3.12. Benefícios a empregados

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

A provisão para participação nos resultados é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa operacional.

Plano de previdência privada de funcionários

Os custos do plano de previdência privada, em sua totalidade na modalidade de contribuição definida, são rateados entre os funcionários elegíveis e a Concessionária, participação esta que se inicia na proporção de 50% pelos funcionários e 50% pela Concessionária, percentual que, com o passar do tempo, poderá chegar a 20% para os funcionários e 80% para a Concessionária.

3.13. Provisões

Geral

São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisões para riscos cíveis

O Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.14. Receita operacional

i) Receita de prestação de serviços

Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados.

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados.

ii) Receitas de construção

A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Concessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção.

3.15. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros e multas vinculadas à operação. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva.

As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros e variação monetária com empréstimos e financiamentos, juros sobre arrendamentos, variação monetária sobre contingências e descontos concedidos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido.

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.16. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.17. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

As normas apresentadas a seguir foram revisadas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados.

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1)

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:

- Contrato oneroso - custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e
- Referências à estrutura conceitual.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Concessionária. A Concessionária pretende adotar as mudanças para períodos futuros, caso se tornem aplicáveis.

3.18. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. A Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

CPC 50 - Contratos de seguro

Uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica a Concessionária.

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alterações ao CPC 26: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

A norma especifica os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: i) o que significa um direito de postergar a liquidação; ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Concessionária.

Alterações ao CPC 23: Definição de estimativas contábeis e divulgação de políticas contábeis

As alterações na norma esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, há o esclarecimento de como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis. A Concessionária avaliará o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao CPC 32: Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos originados de uma simples transação

As alterações restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Concessionária.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em períodos futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado.

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão

A concessionária determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os contratos de arrendamento são avaliados, sob o julgamento de haver a intenção de exercer a opção de renovação ou de rescisão. Nesta avaliação, a Concessionária considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Concessionária reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir.

Estimativas e premissas contábeis

As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir:

a) Vida útil dos ativos intangíveis

Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro.

Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária.

b) Provisões para riscos cíveis, ambientais e trabalhistas

A Concessionária reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

c) Provisão para perdas de crédito para as contas a receber

A provisão para perdas de crédito para as contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes, de acordo com os seguintes critérios:

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Contas vencidas há mais de seis meses

Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem seis meses de atraso, até o limite de R\$5, por nota fiscal, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, até o limite de R\$15, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo baixados diretamente de contas a receber contra o resultado.

- Contas vencidas há mais de um ano

Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem um ano de atraso, de valores acima de R\$5 até R\$30, por operação, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, de valores acima de R\$15 até R\$100, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo contabilizados como despesa, tendo como contrapartida a conta redutora de contas a receber.

- Perdas gerenciais

São provisionadas e registradas em conta de resultado, como perdas não dedutíveis para efeito de imposto de renda e contribuição social.

- Valores até R\$5, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas até 07/10/2014;
- Valores até R\$15, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas a partir de 08/10/2014;
- Valores maiores que R\$5, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas até 07/10/2014;
- Valores maiores que R\$15, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas a partir de 08/10/2014;
- Valores maiores que R\$30, vencidas há mais de um ano, emitidas até 07/10/2014;
- Valores maiores que R\$100, vencidas há mais de um ano, emitidas a partir de 08/10/2014.

d) Receita não faturada

As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.14 e 7.

5. Gestão de risco financeiro

5.1. Instrumentos financeiros por categoria

A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são como segue:

	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	31/12/2022		31/12/2021	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	16.845	16.845	20.695	20.695
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	9.590	9.590	8.303	8.303
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	2.350	2.350	2.068	2.068
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	1.354	1.354	797	797
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	67.906	67.906	70.914	70.914
Passivo de arrendamentos	Custo amortizado	-	507	507	615	615
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	189	189	158	158
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	376	376	285	285

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária.

5.2. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços.

Risco de taxas de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Concessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações, assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos em moedas locais, sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") e da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa.

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI.

A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, empréstimos e financiamentos utilizou as projeções do CDI e TJLP para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

	Risco	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	16.845	19.122	19.692	20.261
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	2.350	2.668	2.747	2.827
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	CDI	(12.381)	(14.055)	(14.473)	(14.892)
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(56.893)	(60.910)	(61.917)	(62.918)
Passivo líquido		(50.079)	(53.175)	(53.951)	(54.722)
Efeito líquido			(3.096)	(3.872)	(4.643)
CDI (a.a.)			13,52%		
TJLP (a.a.)			7,06%		

5.3. Risco de liquidez

É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária.

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos às debêntures, em 31 de dezembro de 2022 (valores não descontados):

	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	1.354	1.354	-	-
Empréstimos e financiamentos	69.274	15.386	4.704	49.184
Passivo de arrendamentos	507	224	241	42
Ônus da concessão	189	189	-	-
Débitos com partes relacionadas	376	376	-	-
	71.700	17.529	4.945	49.226

	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores	797	797	-	-
Empréstimos e financiamentos	72.230	20.935	4.227	47.068
Passivo de arrendamentos	615	179	193	243
Ônus da concessão	158	158	-	-
Débitos com partes relacionadas	285	285	-	-
	74.085	22.354	4.420	47.311

5.4. Gestão de capital

Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos e passivos de arrendamento, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 podem ser assim sumariados:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	67.906	70.914
Passivos de arrendamento (Nota 15)	507	615
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(16.916)	(20.799)
Dívida líquida (a)	<u>51.497</u>	<u>50.730</u>
Total do patrimônio líquido (b)	41.783	35.575
Total do capital (a+b)	<u>93.280</u>	<u>86.305</u>
Índice de alavancagem financeira - % [a/(a+b)]	<u>55,21%</u>	<u>58,78%</u>

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e bancos	71	104
Aplicações financeiras	16.845	20.695
	<u>16.916</u>	<u>20.799</u>

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

7. Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Clientes (a)	8.809	7.225
Clientes - parcelamento (b)	664	991
Pontos arrecadadores (c)	117	87
Perdas de créditos das contas a receber	(525)	(388)
	<u>9.065</u>	<u>7.915</u>

(a) A conta "Clientes" representa o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos ainda não faturados (ajuste por competência).

(b) A conta de "Clientes - parcelamento" refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos.

(c) Os "Pontos arrecadadores" são agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária.

O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
A vencer		
Faturado	4.157	3.442
Não faturado	2.249	1.739
Vencidas		
Até 30 dias	1.426	1.151
De 31 a 60 dias	297	314
De 61 a 90 dias	107	118
De 91 a 180 dias	302	336
Mais de 180 dias	1.052	1.203
	<u>9.590</u>	<u>8.303</u>

8. Aplicações financeiras vinculadas

O montante de R\$ 2.350 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 2.068 em 31 de dezembro de 2021) corresponde à obrigação da Concessionária constante no Contrato de Financiamento na modalidade FINEM, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, onde a Concessionária se obriga, como garantia do pagamento de quaisquer obrigações do contrato, a constituir uma conta reserva com saldo não inferior ao montante equivalente à soma das prestações de amortizações do principal e juros da dívida, vencíveis nos três meses imediatamente subsequentes.

9. Ativo de direito de uso

	<u>31/12/2022</u>			<u>31/12/2021</u>		
	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>
Imóveis	916	(519)	397	842	(309)	533
	<u>916</u>	<u>(519)</u>	<u>397</u>	<u>842</u>	<u>(309)</u>	<u>533</u>

Movimentação do ativo de direito de uso:

	<u>Saldos em 31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldos em 31/12/2022</u>
Imóveis	533	74	(210)	397
	<u>533</u>	<u>74</u>	<u>(210)</u>	<u>397</u>

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2021
Imóveis	569	159	(195)	533
	569	159	(195)	533

10. Imobilizado

	31/12/2022		31/12/2021	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Equipamentos de informática	881	(610)	271	275
Veículos	1.118	(735)	383	410
Máquinas e equipamentos	66	(22)	44	44
Móveis e utensílios	406	(213)	193	202
Benfeitorias em imóveis de terceiros	398	(90)	308	323
	2.869	(1.670)	1.199	1.254

Movimentação do imobilizado:

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Equipamentos de informática	275	77	(81)	271
Veículos	410	134	(161)	383
Máquinas e equipamentos	44	5	(5)	44
Móveis e utensílios	202	31	(40)	193
Benfeitorias em imóveis de terceiros	323	-	(15)	308
	1.254	247	(302)	1.199

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2021
Equipamentos de informática	166	175	(66)	275
Veículos	465	92	(147)	410
Máquinas e equipamentos	33	15	(4)	44
Móveis e utensílios	198	40	(36)	202
Benfeitorias em imóveis de terceiros	340	-	(17)	323
	1.202	322	(270)	1.254

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Ativo de contrato

	31/12/2022	31/12/2021
Infraestrutura em construção	21.107	20.976
	21.107	20.976

Movimentação do ativo de contrato:

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Infraestrutura em construção	20.976	12.889	(12.758)	21.107
	20.976	12.889	(12.758)	21.107

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2021
Infraestrutura em construção	13.595	7.977	(596)	20.976
	13.595	7.977	(596)	20.976

Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção, sendo R\$ 560 em 31 de dezembro de 2022, a uma taxa média ponderada de 11,45% a.a. (R\$ 511 e 9,49% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

12. Intangível

	Taxa de amortização anual	31/12/2022		31/12/2021	
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	195	(162)	33	26
Desenvolvimento de projetos	20%	901	-	901	901
Concessão/Infraestrutura		81.576	(14.624)	66.952	58.193
		82.672	(14.786)	67.886	59.120

Os valores reconhecidos na linha de concessão/infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2022 composto pelos seguintes ativos:

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022		31/12/2021	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Captação	4.146	(734)	3.412	3.269
Aduadoras	24.796	(5.368)	19.428	20.477
Estação de Tratamento de Água - ETA	1.685	(192)	1.493	1.360
Reservatório	3.355	(99)	3.256	175
Booster	107	(18)	89	93
Elevatória de água	3.411	(619)	2.792	2.664
Substituição/Expansão de rede de água	9.102	(1.109)	7.993	6.930
Ligação de água	3.500	(482)	3.018	2.068
Ligação de esgoto	3.514	(510)	3.004	2.470
Substituição/Expansão de rede de esgoto	4.639	(515)	4.124	2.996
Elevatória - esgoto	65	-	65	5
Estação de Tratamento de Esgoto - ETE	7.829	(732)	7.097	4.004
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4.416	(539)	3.877	3.336
Máquinas e equipamentos	11.011	(3.707)	7.304	8.346
	81.576	(14.624)	66.952	58.193

Movimentação do intangível:

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Softwares e aplicativos	26	21	-	(14)	-	33
Desenvolvimento de projetos	901	-	-	-	-	901
Concessão/Infraestrutura	58.193	299	(59)	(4.239)	12.758	66.952
	59.120	320	(59)	(4.253)	12.758	67.886

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2021
Softwares e aplicativos	39	-	(13)	-	26
Desenvolvimento de projetos	901	-	-	-	901
Concessão/Infraestrutura	61.017	429	(3.849)	596	58.193
	61.957	429	(3.862)	596	59.120

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Fornecedores

Os fornecedores estão assim apresentados:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Mercadoria	391	411
Serviços	132	177
Infraestrutura	811	65
Outros	20	144
	<u>1.354</u>	<u>797</u>

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos

Linha de crédito	Indexador	Juros	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e Financiamentos				
FINEM (a)	TJLP	3,99% a.a.	56.893	52.825
Capital de giro (b)	CDI	1,04% e 1,65% a.a.	12.381	19.405
(-) Custos de transação			(1.368)	(1.316)
Total de empréstimos e financiamentos			67.906	70.914
Circulante			15.299	20.860
Não circulante			52.607	50.054
Arrendamentos				
Arrendamentos direito de uso (c)		7,5% a.a.	507	615
Total de arrendamento			507	615
Circulante			224	179
Não circulante			283	436
Endividamento total			68.413	71.529
Endividamento total - Circulante			15.523	21.039
Endividamento total - Não circulante			52.890	50.490

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e arrendamentos é como segue:

Empréstimos e financiamentos	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	70.914	71.332
Captações	7.083	14.302
Custo de transação	(133)	(284)
Juros e encargos financeiros	6.921	5.502
Variações monetárias e cambiais	400	-
Amortização de principal	(10.413)	(14.046)
Amortização de juros	(6.946)	(5.998)
Amortização dos custos de transação	80	106
Saldo final	67.906	70.914

Arrendamentos	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	615	596
Adições e remensurações	74	159
Juros e encargos financeiros	55	61
Amortização de principal	(198)	(150)
Amortização de juros	(39)	(51)
Saldo final	507	615

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Empréstimos e financiamento					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Dívida	Custos de transação	Total líquido	Dívida	Custos de transação	Total líquido
2023	-	-	-	4.227	(75)	4.152
2024	4.704	(87)	4.617	4.227	(75)	4.152
2025	3.737	(87)	3.650	3.261	(75)	3.186
Após 2025	45.448	(1.108)	44.340	39.579	(1.015)	38.564
	53.889	(1.282)	52.607	51.294	(1.240)	50.054

	Arrendamentos	
	31/12/2022	31/12/2021
2023	-	193
2024	241	207
2025	42	36
	283	436

- (a) A linha de crédito FINEM foi obtida no exercício de 2018 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e soma R\$ 73.768 de valor contratado. Este contrato foi celebrado com carência de 49 (quarenta e nove) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com vencimento final para 2038.

Esta operação tem como objetivo a modernização e expansão dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do município de Pará de Minas, e é amparada por cessão fiduciária de direitos creditórios, conta reserva e tem como interveniente garantidor Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.

- (b) Em novembro de 2019 a Concessionária contratou um empréstimo de capital de giro no valor de R\$ 2.900. Este contrato foi celebrado com prazo de carência de 26 (vinte e seis) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais, inclusive durante o período de carência, com vencimento final para 2024.

Em março de 2022 a Concessionária obteve um contrato de capital de giro com R\$ 10.000 de valor contratado, com vencimento final para 2023, sendo amparado por aval prestado por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.

- (c) O ativo de direito de uso decorrente de contratos de arrendamento está apresentado na Nota 9.

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Obrigações tributárias

Os impostos e contribuições estão assim representados:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
PIS/COFINS/CSLL retidos	24	32
ISS	23	14
IRRF	87	67
PIS	67	54
COFINS	311	251
CSLL	51	22
	<u>563</u>	<u>440</u>

16. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição dos tributos diferidos

Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisões perdas de crédito esperadas para contas a receber	104	131
Provisões para contingências	3	-
Provisão participação nos lucros	142	118
Arrendamentos	37	28
Outros	-	4
Ativo fiscal diferido	<u>286</u>	<u>281</u>
Juros capitalizados	<u>(547)</u>	<u>(367)</u>
Passivo fiscal diferido	<u>(547)</u>	<u>(367)</u>
Tributos diferidos, líquidos	<u>(261)</u>	<u>(86)</u>

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Conciliação da taxa efetiva:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	12.126	7.818
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - alíquotas vigentes	(4.123)	(2.658)
(Adições) exclusões no cálculo do tributo		
Permanentes (despesas indedutíveis)	(29)	(30)
Efeito referente a alíquota de adicional do imposto de renda	24	24
Incentivo cultural - (Lei nº 8.313/91 - art. 18)	-	43
Incentivo empresa cidadã (Lei nº 11.770/08)	38	7
Programa de Alimentação do Trabalhador (9.580/2018)	69	43
Incentivo desportivo - (Lei nº 11.438/06 - art.3)	18	11
Fundo da Infância e da Adolescência (Decreto nº 9.589/2018)	18	10
Total do imposto de renda e da contribuição social	(3.985)	(2.550)
Alíquota efetiva	32,86%	32,62%

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Ônus da concessão

O valor demonstrado no passivo circulante de R\$ 189 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 158 em 31 de dezembro de 2021) representa o exigível do contrato de concessão junto à Prefeitura de Pará de Minas, calculado com base em um percentual de 2,5% para outorga e 1% para taxa de regulação e fiscalização sobre a efetiva arrecadação das tarifas de serviços prestados de distribuição de água e esgotamento sanitário.

18. Provisão para contingências

As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes desses processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Concessionária e de seus assessores legais.

As provisões para contingências estão assim demonstradas:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Cíveis	8	-
	<u>8</u>	<u>-</u>

Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Concessionária possui processos judiciais e administrativos, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, acredita que os riscos de perda são possíveis, e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Cíveis	448	152
Trabalhistas	801	175
Ambientais	289	38
	<u>1.538</u>	<u>365</u>

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Partes relacionadas

Remuneração de pessoal chave da Administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Concessionária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram pagos pela Concessionária o montante total de R\$ 860 (R\$ 304 em 31 de dezembro de 2021). Abaixo os valores estão segregados por natureza:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Remunerações	626	214
Encargos sociais	176	69
Plano de saúde	49	17
Plano de previdência privada	-	1
Outros	9	3
	<u>860</u>	<u>304</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foi pago valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Resumo das transações com partes relacionadas:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo circulante:		
Créditos com partes relacionadas (a)		
Águas de Niterói S.A.	-	8
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	203	33
Total do ativo circulante	<u>203</u>	<u>41</u>
Passivo circulante:		
Obrigações com acionistas (b)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	4.932	2.999
Débitos com partes relacionadas (a)		
Águas de Niterói S.A.	-	6
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	376	279
Total do passivo circulante	<u>376</u>	<u>285</u>
Resultado com partes relacionadas	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas		
Contrato de gestão - <i>Management Fee</i> (a)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	(2.900)	(2.403)

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Os saldos demonstrados acima decorrem de transações entre concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de materiais ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (*Management Fee*) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.
- (b) Os valores correspondem aos dividendos a pagar.

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em sua totalidade, por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., no montante de R\$ 25.948 (R\$ 25.948 em 31 de dezembro de 2021) está representado por 25.948.249 (vinte e cinco milhões, novecentas e quarenta e oito mil, duzentas e quarenta e nove) unidade de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Reserva para investimentos

A Concessionária constitui reserva para investimentos de importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, cuja finalidade é financiar suas atividades, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou da criação de novos empreendimentos. A reserva para investimentos não pode exceder a 80% do capital social subscrito.

d) Dividendos

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

A destinação do lucro para distribuição de dividendos foi a seguinte:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido	8.141	5.268
Constituição da reserva legal - 5%	(407)	(263)
Base de cálculo dos dividendos	<u>7.734</u>	<u>5.005</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	<u>1.933</u>	<u>1.251</u>

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Reserva para retenção de lucros

Para atender a projetos de investimentos previstos no orçamento de capital, a Concessionária retém parte do lucro do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei 6.404/76.

21. Receita líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de prestação de serviços	63.794	51.309
Receita de construção	9.756	7.906
Cancelamentos	(226)	(157)
	73.324	59.058
PIS e COFINS sobre serviços prestados	(5.766)	(4.679)
Descontos concedidos	(1.229)	(568)
Receita líquida	66.329	53.811

22. Custos dos serviços prestados

	31/12/2022	31/12/2021
Ônus da concessão	(2.147)	(1.769)
Energia elétrica	(3.645)	(4.209)
Custo de construção	(9.756)	(7.906)
Materiais aplicados nos serviços	(3.014)	(1.957)
Salários e benefícios a empregados	(8.116)	(7.081)
Utilização de imóveis e telefonia	(7)	-
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(2.052)	(1.644)
Serviços de terceiros	(2.996)	(2.397)
Depreciações e amortizações	(4.008)	(3.660)
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(80)	-
Outros custos	(104)	(135)
	(35.925)	(30.758)

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Salários e benefícios a empregados	(5.702)	(4.982)
Utilização de imóveis e telefonia	(167)	(161)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(276)	(172)
Serviços de terceiros	(5.725)	(4.802)
Despesas com contencioso	(110)	(104)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(86)	(53)
Depreciações e amortizações	(336)	(280)
Provisão de perdas de crédito de contas a receber	(657)	(305)
Reversões de contingências	(7)	43
Outras despesas	(1.259)	(1.080)
	(14.325)	(11.896)

24. Resultado financeiro

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas financeiras		
Juros com aplicações financeiras	2.428	1.053
Juros e multas vinculadas à operação	831	722
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(152)	(84)
Variação monetária sobre outros ativos	2	-
Outras receitas financeiras	10	20
	3.119	1.711
Despesas financeiras		
Juros com empréstimos e financiamentos	(6.361)	(4.991)
Juros sobre arrendamentos	(55)	(61)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(400)	-
Reversão de juros sobre arrendamentos	-	-
Tributos sobre operações financeiras	(11)	(11)
Descontos concedidos	(74)	(77)
Atualização monetária das contingências	(1)	-
Outras despesas financeiras	(198)	(167)
	(7.100)	(5.307)
Resultado financeiro	(3.981)	(3.596)

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Seguros

O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura dos seguros em 31 de dezembro de 2022 está apresentada a seguir:

Descrição de seguro	Vigência das apólices	Cobertura
Responsabilidade civil administradores - D&O	27/09/2022 a 27/09/2023	50.000
Responsabilidade civil geral	17/01/2023 a 17/01/2024	13.000
Riscos operacionais	30/12/2022 a 17/01/2024	75.000
Risco de engenharia e responsabilidade civil	31/12/2022 a 31/12/2023	80.813
Riscos ambientais	22/12/2022 a 22/12/2023	5.000
Garantia de Concessão	09/03/2022 a 09/03/2023	9.381
Seguro de veículos	17/10/2022 a 17/10/2023	440

26. Transações que não envolvem caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2022	31/12/2021
Juros capitalizados	(560)	-
Adição direito de uso	(74)	(159)
Destinação de dividendos	(1.933)	(1.251)
	<u>(2.567)</u>	<u>(1.410)</u>